

PARECER JURÍDICO

DE: ASSESSORIA JURÍDICA
PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 130/2016

EMENTA: PREGÃO PRESENCIAL. FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO. EDITAL DE LICITAÇÃO E ARP. REGULAR.

Vistos,

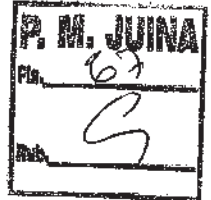
Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico oriundo do Departamento de Licitação, em que requer parecer desta Assessoria Jurídica sobre o edital de licitação para realização de Pregão Presencial para registro do menor preço para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, atendendo diversas secretarias, com apuração por Item, assim como declarações e minuta de ARP, cujas cópias seguem em anexo, verificando assim se os mesmos atendem ao contido nas Leis Federais n.º 10.520/2002 e 8.666/93, bem como se podem ser adotados.

Com efeito, analisando o referido Edital, que segue em anexo a solicitação, verifica-se que o mesmo contém no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta e para início da abertura dos envelopes, conforme disposto no **caput** do art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93. Percebe-se também que estão presentes as indicações previstas nos incisos do **caput** deste artigo, necessárias e próprias a realização desta modalidade e/ou forma de certame, bem como o disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002.

Em relação à Minuta de ARP, conclui-se que estabelece com clareza e precisão as condições para a execução do contrato, expressas em cláusulas que definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, como prescreve o art. 54, § 1º, da Lei das Licitações, bem como estão constantes todas as cláusulas necessárias elencadas nos incisos do art. 55, do



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO



mesmo diploma legal acima mencionado, razão pela qual entendo que tanto o Edital como a Minuta guardam regularidade e adequação com as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

Do exposto, uma vez verificada a legalidade e regularidade **OPINAMOS** que tanto o edital quanto a minuta em questão, atendem o estipulado pela Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

Este é o parecer que levo a apreciação da Comissão Permanente de Licitação, do Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Finanças e Administração e em última instância, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Juína/MT, 18 de outubro de 2016.


Elisandra Lusse
Assessora Jurídica
OAB/MT nº 17.927/O